



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008085-16.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Compra e Venda**  
 Requerente: **Rivail do Prado Locação de Veículos Me**  
 Requerido: **Gustavo Scalon Borges**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

**Rivail do Prado Locações de Veículo ME** propõe ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais em face de **Gustavo Scalon Borges**. Informa o autor que em meados de 2011 vendeu o veículo IVECO/MPOLLO FRATELLO MO, tipo micro ônibus, de sua propriedade, para o requerido pelo valor de R\$39.000,00 e sob condição de transferência imediata para o patrimônio deste último, e que não houve contato formal entre as partes por se tratar de relação de amizade e proximidade. Alega que, no entanto, apesar de ter recebido correspondente recibo de transferência, o requerido não tomou a cautela de transferir o veículo e que ainda ficou com parcelas em aberto, restando cerca de R\$9.000,00 para consolidar a quitação. Dessa forma, suporta o ônus de estar sem o veículo, sem o recebimento do saldo devedor e, além disso, o requerido deixou de efetuar o pagamento de licenças e impostos do veículo, ocasionando em ônus nos dados cadastrais do autor, que teve seu nome inserido no CADIN. Requer seja julgada procedente a ação para compelir o requerido a transferir o veículo para o seu nome, com o consequente pagamento das taxas e impostos em aberto, registradas em dívida ativa, que montam em R\$13.094,38, bem como outras que ainda não constam como dívida ativa mas já estão vencidas, na razão de R\$1.652,48, que pague o saldo devedor de R\$9.000,00 corrigido monetariamente e com juros legais, mais indenização por danos morais no importe de R\$20.000,00 e, por fim, a condenação do requerido nos ônus sucumbenciais e honorários advocatícios sob 20% do valor da causa.

O requerido não apresentou contestação e não compareceu em audiência designada, conforme consta em fls. 36.

**É o relatório. Decido.**

O requerido não apresentou contestação, tampouco compareceu à audiência.

Tendo em vista a revelia, reputam-se verdadeiros os fatos afirmados pela parte  
**1008085-16.2017.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

autora, em conformidade com o disposto no art. 344 do CPC.

Todavia, a revelia não acarreta automática procedência da ação, cabendo ao juiz analisar se as alegações e as provas juntadas aos autos são compatíveis, ante o previsto no art. 345, IV do CPC.

No presente caso, há elementos suficientes para a condenação do réu na obrigação de transferir o veículo para seu nome, assim como na obrigação de pagar os débitos incidentes sobre o veículo (obrigação de fazer: pagamento a terceiros).

Isto porque a revelia firma presunção de que o automóvel foi alienado ao réu em 2011, e este não providenciou a transferência para o seu nome.

Serão alcançados todos os débitos com fato gerador posterior a 01.07.2011, pois o autor diz que a transferência ocorreu em "meados" desse ano.

Todavia, mesmo com a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, forçosa é improcedência do pedido indenizatório por danos morais.

O CTB é claro quanto ao dever do alienante de, não efetivada a transferência pelo adquirente, efetuar a comunicação de venda. Trata-se de um dever, aliás previsto expressamente na lei, de mitigar o próprio prejuízo. Consoante a doutrina (ANDRADE, Fábio Siebeneichler de; RUAS, Celiana Diehl. Mitigação de prejuízo no direito brasileiro: entre concretização do princípio da boa-fé e consequência dos pressupostos da responsabilidade contratual. Revista de Direito Civil Contemporâneo. vol. 7. ano 3. p. 119-146. São Paulo: Ed. RT, abr.-jun. 2016), a mitigação do prejuízo é instituto estudado no direito contratual e, com essa denominação, tem origem no direito anglo-saxão (*common law*), pela expressão duty to mitigate the loss; mas é encontrada,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

também, no direito de origem romanística (*civil law*), especialmente o alemão<sup>1</sup> e o italiano<sup>2</sup>, assim também nos princípios *unidroit*<sup>3</sup> e mesmo em disposições específicas do direito positivo brasileiro, pertinentes a contratos internacionais<sup>4</sup> e seguros<sup>5</sup>. Tem fundamento, no direito brasileiro, (a) no princípio da boa-fé, seja ela entendida em concepção solidarista (cooperação), seja em concepção adversarial (*fair play*) (b) na disciplina do nexo de causalidade, rompido com a conduta do credor que poderia ter evitado o agravamento do dano e não o faz.

A razoabilidade é critério fundamental para avaliar qual a conduta que o credor deveria adotar para mitigar o prejuízo, pois exige-se conduta razoável, não simplesmente possível.

Ora, no caso concreto, a omissão da parte autora de tomar a singela providência de comunicação de venda ao órgão de trânsito, conduta não apenas possível como razoavelmente exigível, é bastante para romper o nexo de causalidade entre a não transferência do automóvel pelo adquirente e os danos morais daí advindos, razão pela qual é de rigor a improcedência do pedido indenizatório.

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente** a ação para (a) condenar o réu a transferir o veículo para seu nome. **Em observância ao art. 497 do CPC, deverá a serventia, com o trânsito em julgado, oficial ao Detran, constando todos os dados do veículo e toda a**

<sup>1</sup> Livro 2, Seção 254. (1) Quando a culpa do lesado contribui para a ocorrência do dano, a responsabilidade pelo dano, assim como o valor da indenização, depende das circunstâncias, em particular a proporção do dano que é causada predominantemente por uma ou outra parte [culpa concorrente] (2) A mesma regra aplica-se se a culpa do lesado restringe-se em falhar ao chamar a atenção do autor do dano para o perigo de dano de extensão incomum se o autor do dano não sabia nem deveria saber do perigo, ou em falhar em evitar ou diminuir o dano [mitigação do prejuízo].

<sup>2</sup> Código Civil de 1942: “Se o fato culposo do credor houver concorrido para causar o dano, o ressarcimento é diminuído conforme a gravidade da culpa e da extensão das consequências derivadas. O ressarcimento não é devido sobre os danos que o credor poderia evitar usando ordinária diligência.”

<sup>3</sup> Artigo 7.4.8 (Mitigação do dano) (1) A parte inadimplente não é responsável por danos sofridos pela parte prejudicada na medida em que esses danos poderiam ter sido reduzidos com a adoção de medidas razoáveis por parte desta. (2) A parte prejudicada tem direito a reaver quaisquer despesas que tenha razoavelmente realizado na tentativa de reduzir os danos.

<sup>4</sup> Convenção de Viena de 1980, art. 77: “A parte que invocar o inadimplemento do contrato deverá tomar as medidas que forem razoáveis, de acordo com as circunstâncias, para diminuir os prejuízos resultantes do descumprimento, incluídos os lucros cessantes. Caso não adote estas medidas, a outra parte poderá pedir redução na indenização por perdas e danos, no montante da perda que deveria ter sido mitigada”.

<sup>5</sup> Art. 771, Código Civil: “Sob pena de perder o direito à indenização, o segurado participará o sinistro ao segurador, logo que o saiba, e tomará as providências imediatas para minorar-lhe as consequências.”



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**qualificação do réu, inclusive endereço, a fim de que o bem seja transferido para o nome do autor.** Caso não haja a possibilidade de o Detran cumprir o ofício, este juízo providenciará a intimação do réu para providenciar a transferência no prazo de 01 mês, fixando as medidas coercitivas cabíveis, se o caso impondo multas periódicas em desfavor do réu **(b)** condenar o réu a pagar todos os débitos relativos ao veículo, ao órgão/entidade credor, que tenham fato gerador após 01.07.2011, no prazo de 01 mês, sob pena de multa diária de R\$ 200,00.

Tendo em vista a sucumbência recíproca, arcará o autor com 1/4 das custas e despesas, e o réu com 3/4.

Condeno o réu em honorários advocatícios devidos ao patrono do autor, arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.I.

São Carlos, 25 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**